

Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato

Condutas Vedadas Legalmente

Outras Vedações

Outras Ações Proibidas pela Legislação

Além das vedações específicas quanto à Gestão de Pessoal; Transferências Voluntárias; Licitações e Contratos; Publicidade; Distribuição de Bens, são também ações proibidas pela legislação **aplicável no último ano de mandato de Chefe de Poder, as seguintes práticas:**

- Contratar ARO – Antecipação de Receita Orçamentária. A Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) em seu art. 38, IV, “ b “ proíbe a contratação da ARO – Antecipação de Receita Orçamentária - no “**último ano de mandato do** Presidente, Governador ou **Prefeito Municipal**”.

- A partir de 02 de setembro é proibido contratar operações de crédito, nos termos do art. 15 da Resolução nº 43/2001 do Senado Federal que dispõe sobre operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e dá outras providências, que em seu art. 15 prevê:

“Art. 15. **É vedada** a contratação de operação de crédito nos **120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato do Chefe do Poder Executivo** do Estado, do Distrito Federal ou do **Município**. (NR) Redação dada pela Resolução nº 32, de 12/07/2006 “ (grifamos)

- Usar materiais ou imóveis pertencentes à União, Estados ou do Município para beneficiar campanha de candidato ou partido;
- Usar materiais ou serviços, custeados pela Administração Pública, que não sejam para finalidade prevista nas normas dos órgãos a que pertençam;
- Fazer propaganda para candidato com distribuição gratuita de bens ou serviços custeados pelo Poder Público;
- Usar símbolos parecidos com os governamentais;
- Usar simulador de urna eletrônica;
- Distribuir camisetas, chaveiros, bonés, canetas, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.
- Comparecer a inaugurações de obras públicas, qualquer candidato, a partir de 2 de julho de 2016.
- Fazer pronunciamento em cadeia de rádio e televisão fora do horário eleitoral gratuito, salvo quando, a critério da Justiça Eleitoral, tratar-se de matéria urgente, relevante e característica das funções de governo.

Assim, a administração pública deverá, quanto a **OUTRAS VEDAÇÕES NO ÚLTIMO ANO DE MANDATO**, de forma acautelatória, observar:

1-) Período de Incidência da Conduta Vedada em Ano Eleitoral na Esfera de Outras Vedações no Último Ano de Mandato:

- **No ano eleitoral – contratação de Antecipação de Receita Orçamentária – ARO – 2016.**
- **De 02 de julho a 31 de dezembro de 2016 – contratação de outras operações de crédito.**
- **Contratar operações de crédito nos 120 (cento e vinte) dias anteriores ao final do mandato – 02 de setembro**
- **A partir de 2 de julho de 2016 – comparecer a inaugurações**

2-) Penalidades pelo Descumprimento à Conduta Vedada na Esfera de Outras Vedações no Último Ano de Mandato:

- **Suspensão da conduta vedada (art. 62, § 4º, Resolução nº 23.457/2015/TSE);**
- **Multa no valor de R\$5.320,50 a R\$106.410,00 (art. 62, § 4º, Resolução nº 23.457/2015/TSE).**

Referências Bibliográficas

BRASIL., Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 6 out. 2016.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei no 8.429. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8429.htm. Acesso em: 6 out. 2016.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei no 9.504. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm. Acesso em: 6 out. 2016.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Lei no 10.028. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10028.htm. Acesso em: 6 out. 2016.

BRASIL. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Resolução no 23.457. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/2015/RES234572015.html>. Acesso em: 6 out. 2016.